

O impacto da tradição e da historiografia no ensino do conceito de desconstrução para a Comunicação

Juliano Rodrigues Pimentel¹

Resumo

O tema deste estudo é o ensino da desconstrução. Notou-se uma ausência de artigos sobre o ensino em nível superior da Comunicação, por isso elaborou-se uma reflexão sobre o impacto dos conceitos de tradição e historiografia no ensino da desconstrução. A discussão abordou a legitimação historiográfica de uma tradição e a desconstrução como a ruptura de uma hegemonia legitimada pela historiografia. Os resultados contemplam um modelo de ensino do conceito com sugestões teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: Desconstrução; Tradição; Ensino de comunicação; Historiografia.

Abstract

The theme of this study is the teaching of deconstruction. There is a lack of studies about the teaching of communication in undergraduate level, so we prepared a discussion on the impact of the concepts of tradition and historiography in the teaching of deconstruction. The discussion addressed the legitimacy of a historiographical tradition and deconstruction as the breaking of a hegemony legitimized by history. The results include a teaching model concept with theoretical and methodological suggestions.

Key Words: *Deconstruction; Tradition; Teaching communication; Historiography.*

¹ Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com pesquisa em Teoria do Cinema e da Imagem. Doutorando da UFRGS em em Comunicação e Informação com pesquisa em História do Cinema Brasileiro, ética e estética.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema as interfaces entre tradição e desconstrução na perspectiva do ensino em nível superior da área da Comunicação. Sua delimitação se organiza ao redor de impactos complementares para uma possível maneira de se introduzir, ensinar e debater o conceito de desconstrução como uma dos conceitos pertencente e pertinentes às epistemologias da Comunicação. A ideia para a reflexão aqui tentada surge por quatro diferentes estímulos: as discussões ocorridas em dois colóquios de ensino (Salão de Ensino da UFRGS 2014 e 2015); dúvidas e demandas de alunos da graduação coletadas em meu período de estágio docente; dúvidas pessoais sobre a ocorrência e uso do conceito de desconstrução nos discursos de colegas pós-graduandos, e, por fim, o ambiente bibliográfico pouco povoado de reflexões sobre o ensino da Comunicação nos periódicos da área de Ciências Sociais Aplicadas I e na base de dados da Capes.

Na minha experiência docente, e também como pós-graduando, pude perceber que há um crescente interesse e ocorrência nas discussões informais (fora do eixo de publicações), tanto na pós-graduação quanto na graduação, sobre os usos e impactos do conceito de desconstrução, em particular suas implicações sociais mais contemporâneas quanto a isso é possível notar a importante e progressiva discussão-ação do Feminismo e como ela se dá “em função de uma desconstrução” de outras perspectivas sociais antagônicas. De mesma maneira pode-se perceber nos demais movimentos sociais que visam à valorização e equidade para as minorias.

A desconstrução não é nenhuma novidade dentro do universo da teoria, a fenomenologia de Husserl, o movimento pós-estruturalista e a Teoria Crítica de Derrida já apontavam para ela nos anos 60 (Cf. FELLUGA, 2015, LUDOVISI, 2015), contudo é possível lançar a hipótese de que sua recorrência discursiva atual. Este estudo não tem como objetivo testar esta hipótese, mas a toma como um possível sintoma do *Zeitgeist* contemporâneo ou a *episteme*² de nossa época.

Dito isso, e buscando contemplar tanto as discussões informais quanto a organização de uma proposta de ensino - já que meu período de doutoramento deve também dar conta da minha formação como docente, e não apenas como pesquisador -, organizei a discussão deste estudo ao redor do seguinte questionamento: qual o impacto dos conceitos de tradição e historiografia em uma possível organização docente-didática que visa o ensino do conceito de desconstrução? Esta pergunta visa colocar o conceito de desconstrução em uma posição que o possibilite ser visto em diacronia, e não na sincronia de suas ênfases e devires analíticos, e aspectos discursivos atuais. Parte-se disto, pois a perspectiva diacrônica ajuda a enriquecer e valorizar os saberes complementares que tocam e orbitam um dado conceito ao longo de seu uso e estudo (JUCKER; TAAVIT-SAINEN, 2014).

Para atender à pergunta estabeleci os seguintes objetivos: realizar uma reflexão sobre o conceito de tradição e sua implicação historiográfica como repetição e hegemonia; observar as implicações entre hegemonia e contra-hegemonia através dos estudos

2 Não ignorando o eco de sua concepção original grega como uma “crença de uma verdade justificada” (PREUS, 2015)



culturais como pano de fundo para a ideia central de desconstrução como *esfacelamento de um centro estável de sentido* (FELLUGA, 2015); retomar o surgimento do conceito de desconstrução e sua incursão na comunicação; apresentar, como consideração final, uma proposta de ensino do conceito tendo como base as noções de tradição e o embate hegemonia x contra-hegemonia.

O atual estado da arte das discussões sobre o ensino da comunicação é o ponto mais importante para a justificativa do presente estudo. Investigando as bases de dados da CAPES não foi possível encontrar uma grande fortuna crítica que reflita os constantes esforços das universidades na formação de docentes, em particular aqui os que se debruçam sobre a Comunicação. Não foi possível encontrar artigos discutindo o ensino da desconstrução, ou mesmo o ensino de quaisquer bases epistemológicas da Comunicação. Foram realizadas buscas com os descritores: “ensino de comunicação”; “ensino de desconstrução”; “comunicação e docência”; “desconstrução”. Fora deste eixo, dentro do ramo da Linguística Aplicada, foi possível encontrar um estudo: *O decálogo da desconstrução: tradução e desconstrução na obra de Jaques Derrida*, publicado em 2001 em uma revista de Linguística, por Marcos Siscar.

A ausência das reflexões sobre o ensino da Comunicação são sintomáticas de um período em que, mesmo com altas demandas numéricas de produtividade impostas por órgãos de fomento, pouco se está povoando os fóruns privilegiados de discussão com as preocupações, dúvidas, acertos e erros da prática docente.

2. DA HISTORIOGRAFIA UMA TRADIÇÃO. DA TRADIÇÃO UMA HEGEMONIA

Uma das contribuições do programa filosófico proposto por Foucault na *Arqueologia do saber* (1997), é a sua concepção de que há uma escrita histórica-historiográfica feita de “fragmentos de enunciados fragmentados” cujo sentido não está limitado à sua expressão (eixo forma-conteúdo), mas indissociável de regras e forças políticas (não gramaticais, mas sócio-ideológicas) que dão forma aos possíveis entendimentos de um dado enunciado. Estes dados enunciados apontam para um duplo processo contraditório de, por um lado, individualização (a percepção fenomenológica de 1 sentido por 1 indivíduo que interage com o objeto discursivo), e, por outro, totalização (a imposição e força-enquadramento sugerida pelo programa ideológico vigente e pelo Estado)³. Esta dupla afetação tem como tendência, tanto individual quanto grupal, do estabelecimento de um sentido estável para um dado enunciado com consequências de manutenção de diretrizes ideológicas, a criação de um efeito de conforto ligado à fé na estabilidade de o dado sentido de algo, e sua transmissibilidade e cognição para o aprendizado (Cf. BECKER, 1998; KRESS, 2003). Numa perspectiva diacrônica, pode-se perceber e exemplificar estas questões trazidas até aqui em diversos momentos da humanidade em que se colocou algo como centro totalizante de onde emanam os possíveis sentidos: o dualismo de Platão; a igreja na idade média; a razão no iluminismo; o inconsciente para Freud.

Segundo o autor, esta condição histórico-discursiva-ideológica nos deveria levar a

3 Possivelmente já ruminando o que viria a ser discutido em L’Herméneutique du sujet.

lamentar “o uso ideológico da história, pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, continua a lhe escapar” (FOUCAULT, 1997, p.17). Foucault parece estar se referindo aqui à essa *sempre-já* falida tentativa de se organizar o pensamento, os discursos e a historiografia ao redor de centros totalizantes que são propostos como inabaláveis, mas ruem com o passar do tempo. A própria unidade de um sentido estável e perene está em cheque aqui, visto que é possível apontar para a instabilidade e impossibilidade de um *logos transcendental* como alvo do lamento do autor e a própria sucessão de perspectivas totalizantes falhas ao longo da história. Resguardando-se estas questões, Foucault vai propor sua noção de tradição como uma forma de repetição que visa dar uma importância singular a um conjunto de fenômenos sucessivos e próximos, agrupa *disparés*, reduz diferenças e isola seus objetos contra um fundo de permanência (Ibid., p.23). Este conceito de tradição é colocado em suspensão por Foucault por ele não considerar as implicações contextuais que fazem, por exemplo, um tipo de conhecimento aparecer e desaparecer, contudo, esta noção de tradição é repetida, legitimada e perpetuada por esforços discursivos historiográficos que estão à serviço dos conjuntos de permanência acima de uma inclusão de diferenças e mudanças. Desta maneira, para melhor compreender esta equação, **enunciados fragmentados em repetição que resultam num discurso historiográfico**⁴, proponho um breve momento de atenção às próprios idiosincrasias do discurso historiográfico.

O filósofo da historiografia Fabrice Pataut, no texto *O anti-realismo do passado*⁵ (2009), comenta que é muito comum aparecer no discurso histórico um valor simbólico de realismo sobre o passado. Esta valorização simbólica-realista tenta descrever o mundo através de uma posição atemporal, que, para o autor, gera um espécie de ponto de vista epistemológico que parte de um exílio cósmico. Entretanto, Pataut critica esta posição ao afirmar que a relevância sobre as afirmações discursivas do passado precisam refletir-se em evidências cuja relevância não foi abalada pela própria evolução do pensamento humano. De modo complementar, Marc Ferro comenta, na conclusão de sua obra *Use and Abuse of History and How the past is Taught* (1984), que, através de todas as épocas e culturas a história se ramifica por diferentes centros forçadores de sentido com suas próprias idiosincrasias, formas, normas e demandas. Dentro destes diferentes centros há uma tradição, ou institucionalização da história, que ocorre por relação de dominância e, ao expressar a história pautada por uma política ou ideologia dominante, possibilita, assim, sempre mudar suas referenciais e pontos de vista e hierarquia de fontes. Em hipótese, a legitimação e repetição dos discursos históricos e suas fontes podem acarretar em uma tradição⁶ de dupla perspectiva:

- a) contar, e/ou privilegiar, um determinado grupo de fatos;
- b) perpetuar uma forma de se referenciar a um grupo de fatos.

⁴ Grifo do autor.

⁵ Tradução do autor. No original: *Anti-realism about the past*, obra não traduzida para o português até o fim da elaboração deste artigo.

⁶ Observando seu conceito como: um padrão de pensamento ou ação herdado e relacionado a um grupo de práticas (definição pessoal composta em síntese de dicionários das línguas portuguesa, inglesa e alemã).



Atentando a uma imersão nesta perspectiva, podemos aproximá-la da fala de Giddens (1990), que aponta que:

a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1990, p. 38).

Sendo assim, inerente ao pensamento historiográfico, e sua possível matiz de recorrência, surgem questões como: a serviço de quem um discurso histórico está atrelado? como a natureza pública dos eventos se organiza na autoralidade e intenção do relato? como a ponderação ética pode ajudar a refinar uma noção de fidelidade de um panorama e uma descrição? como o relato, discurso amparado por uma coleção de fontes, e a própria escolha das palavras dá conta das potencialidades latentes do objeto que observa e, principalmente, suas diferenças em diacronia?

Segundo a exposição tentada aqui, ao se tomar a noção de tradição como proposta por Foucault - uma repetição que reduz diferenças sensíveis e coloca seu objeto contra um fundo de permanência - como verdadeira, logo, a validação desta tradição pode ser atribuída ao seu conjunto de discursos historiográficos. Ou seja, o uso teleológico da historiografia (FERRO, 1984). Desta maneira, mirando atingir o objetivo *foucaultiano* de exumar uma estrutura de conhecimento. Se cada época assume certas coisas como verdade e descredita outras, nada mais instável do que a própria noção de verdade e o centro totalizante do qual ela emana.

Considerando a herança dos Estudos Culturais - um conjunto de estudiosos das Ciências Humanas proeminentemente representados desde o final dos anos 50 nas vozes de Hoggart, Williams, Thompson e Hall - pode-se perceber que um dos olhares possíveis sobre os discursos acadêmicos preocupados com a análise da Cultura, seus enunciados e sua história, se organizam ao redor de um esforço em desvelar a organização de um fenômeno, produto, processo ou um consumo. Este tipo de atividade resulta na construção de uma leitura capaz de nos orientar na percepção de:

- a) estruturas de significação;
- b) códigos utilizados e implementados;
- c) considerações de relação de poder e influência ideológica;
- d) reflexões sobre como nos apropriamos de dados objetos.

Mesmo a menos sistemática revisão bibliográfica pode construir o vasto quadro teórico de propostas analíticas que tocam estes quatro pontos levantados. Tratam-se de estudos filosóficos, historiográficos e críticos que, ao repetirem metodologias, abstração de sentidos, teias de relações, rede de citações e fontes, acabam legitimando uma unidade de visão sobre algo (O'BRIEN, 2006). Desta maneira, se estabelece uma tradição discursiva sobre um objeto. Embora este tipo de atividade seja de grande valor para a sistematização do conhecimento e disseminação da informação, ele traz consigo um problema: uma historiografia circunscrita por um grupo pequeno de fontes, que pode

mudar conforme a ideologia vigente, mas sempre se organiza como um grupo restrito (FERRO, 1984). O que se pode entender com isso é a ocorrência de um olhar tradicional(izado), preeminente e predominante, e que talvez não dê conta de toda uma potencialidade expressa por um objeto cultural, ou mesmo sua perspectiva histórica. A partir deste contexto pode-se perceber a noção de hegemonia.

Este enquadramento lógico exposto ajuda a contextualizar uma noção de hegemonia não apenas como uma condição emergente das micro-políticas do indivíduo, Economia, e Estado como articuladores de identidades sem um *centro* prévio (GRAMSCI, 2007), mas com também a articulação, imposição, delimitação de identidades sociais e antagonismos condicionados pelo jogo de modificação da estrutura ideológica vigente, bem como seu esfacelamento - em nota, o próprio esfacelamento da estrutura revela os destroços discursivos que faziam operar e a alicerçavam como própria caracterização ontológica de sua hegemonia (KREPS, 2015).

Se a tradição se dá pela repetição de enunciados fragmentados e sua *reocorrência* em discursos historiográficos, a elevação do discurso *tradicionalizado* por a uma posição de hegemonia parece ser inerente à própria condição de tradição. Em contraponto, uma tradição contra-hegemônica parece não se sustentar dentro de sua própria lógica, pois para se comportar como uma tradição ela necessariamente deve ocupar uma posição central, totalizante, e ser capaz de fornecer diretrizes ideológicas das camadas mais altas para as mais baixas. Desta maneira ela inevitavelmente se despe de qualquer contundência contra-hegemônica. Dentro das noções da arqueologia foucaultiana é o que se pode desvelar sobre o entendimento dos últimos cem anos sobre o choque destas forças e a maneira como as próprias tradições criadas historiograficamente falam sobre a sociedade que as produzem.

3. DESCONSTRUÇÃO: GENEALOGIA E ASPECTOS DA INSTABILIDADE DE UMA HEGEMONIA

Jacques Derrida, em 1966, apresenta uma fala em um colóquio na Johns Hopkins University com o título de *Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas*⁷, neste evento, Derrida aponta para a percepção de estruturas abstratas na visão das ciências sociais e da filosofia. Ele nota que os discursos estruturalistas se apegam a um centro, algo em uma posição privilegiada em uma estrutura, e vê que este centro não “joga”, não abre espaço para outras posições e relações dentro do próprio jogo de análise-interpretação-sentido. Estas questões coincidem com o declínio do estruturalismo como metodologia-perspectiva dominante e abrem caminho para um ceticismo em relação à perenidade dos sentidos que emanam de um objeto ou discurso; o pós-estruturalismo; e a desconstrução.

Para Derrida a desconstrução atua como um modelo de pensamento-abordagem. Ela reavalia, critica e desarticula os Significantes transcendentais; critica hábitos cultu-

⁷ No original *La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines*, publicado no ano seguinte, 1967, em *L'écriture et la différence*.



rais, enunciados historiográficos e intencionalidades autorais; expõe a inconsistência dos sistemas binários e da dialética ocidental (arte x ciência; religião x razão; etc.). Inerente à atividade da desconstrução, não como um método, mas como uma *atividade de leitura*, está a avaliação de termos privilegiados em detrimento de outros por causa de, como valida a arqueologia *foucaultiana*, implicações de práticas sociais, históricas e tradicionais. A noção de jogo dentro da atividade da desconstrução está em substituir termos privilegiados, desorganizar imposições e sublinhar a saudável coexistências de múltiplos sentidos para um mesmo objeto/palavra. Embora seja comum a crítica de que a desconstrução é uma terra arrasada, e que torna as coisas desprovidas de sentido, na verdade ela alerta para o fato de que a ausência de um único sentido estável e totalizante possibilita um transbordamento de muitos sentidos. As próprias falhas das coerências normativas abrem espaço para a evolução das perspectivas e o progresso da experiência sensível no mundo. Em hipótese, pode-se considerar que toda desconstrução nasce - ou talvez deva nascer - da desinstitucionalização dos métodos de análise, epistemologias, e um radical questionamento das operações-relações de dominância e contradição.

Uma das arguições de Derrida para a instabilidade de um centro (e com ele seu Significante transcendental) é a afirmação *il n'y a pas de hors-texte*. Esta afirmação é trazida aqui no seu original em francês, pois ela possui muitas traduções imprecisas (McQuilan, 2012). Derrida, com ela, tentou propor que não existe um texto-externo estável que normatiza o entendimento de algo. Há uma tradição, porém, em traduzi-la do francês para inglês como “não há nada fora do texto”, apontando assim para um entendimento de dentro para fora e não, como Derrida propõe, a influência de um texto externo totalizante e perene (Cf. Marion, 1995. Suleiman, 1980).

De maneira complementar a Derrida, Critchley (1996) faz um revisionismo histórico da desconstrução e a coloca sobre a lente da teoria política. Ao fazer isso, o autor conclui que a desconstrução, na sua razão-de-ser como abordagem um texto, objeto, ou fenômeno sócio-cultural, reintroduz ou enfatiza o pragmatismo como um “desarticulador de formas fundantes (Platonismo, Realismo Metafísico, Neo-Kantianismo Analítico, Fenomenologia pré-Heideggeriana), e privilegia as contingências da linguagem, do *self*⁸ e das comunidades (CRITCHLEY, 1996,p.19). Ao explicar o processo de Derrida, Critchley comenta que a desconstrução, por exemplo, possibilita que a “metafísica da presença” possa ser assimilada por uma crítica da filosofia não normativa, visto que o idealismo do sentido transcendente é um efeito das diferenciações de linguagem, ou, em outros termos, um sentido exercido pelos contextos em uma redução circunscrita pelo seu conjunto de usos (Idem, 1996) - uma tradição percebida e herdada do modelo linguístico-filosófico de Wittgenstein (MOYAL-SHARROK, 2013).

A *multitude* de entendimentos coexistentes e possíveis, defendida por Derrida, se organiza como uma perspectiva crítica em relação a dominância e tradição de determinados discursos históricos simbolicamente “tomados” como totalizantes. Embora sua reflexão parta de uma crítica ao estruturalismo lógico e a dominância de uma valoração de verdade imanente ao discurso versado em linguagem, Derrida comenta logo no se-

8 Como proposto por Goffman em *A representação do eu na vida cotidiana* (2004), a interação e criação social de papéis exercidos-atuados-performados pelas pessoas.

gundo parágrafo de sua fala transcrita que, certos discursos históricos são colocados em uma situação privilegiada-central e vinculados arbitrariamente a um ponto de presença (DERRIDA, 1998). Adiante em seu texto, o autor comenta que:

Efetivamente, o que parece mais sedutor nesta pesquisa crítica de um novo estatuto é o abandono declarado de toda referência a um centro, a um sujeito, a uma referência privilegiada, a uma origem ou a uma arquia absoluta. (DERRIDA, 1998. p.243)

Egêa-Kuehne, no artigo de 2005 *Right to humanities: of faith and the New Humanities*⁹, vê a leitura da crítica derrideana como uma maneira de questionar o impacto de determinadas inferências dos discursos historiográficos e sistematiza o olhar de Derrida como uma reavaliação da possibilidade desfixação do sentido como a parte mais vulnerável tanto dos sistemas filosóficos quanto das perspectivas históricas. O Significado transcendente pelo qual Saussure procura, ainda segundo Derrida, é nada além de elusivo, e sendo assim, inatingível. Ele é sempre corrompido pela sua *substitutibilidade* e condições circunstanciais. Contemplar uma verdade através de sua tradição histórica e discursiva, a tomando como perene, é um exercício em miopia. Se a produção de sentido está relacionada com a leitura de um signo (ou conjunto) em seu contexto, só pode ser extraído de tal signo o sentido fixado pelo contexto de quem o lê. A crítica que surge daqui em relação a historiografia é que ela não pode pautar sua legitimidade por si mesma mais uma à série de críticas ao uso teleológico da historiografia. É possível contender que estas inconsistências do logos para Derrida possam estar equiparadas, em termos de ramificação de sentidos e perspectivas, as descontinuidades da modernidade apontadas por Anthonny Giddens, que, em suas próprias palavras, aponta que “a história não tem a forma ‘totalizada’ que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias” (GIDDENS, 1990, p.11) e, logo adiante no mesmo parágrafo: “desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação” (Idem).

Em complemento a proposta de Giddens, Stuart Hall pode ajudar a construir um entendimento da tradição discursiva historiográfica como uma implicação hegemônica. O termo hegemonia surge como um algo muito caro para os estudos da política, ideologia, e cultura. De um modo geral, é utilizado para descrever um efeito e um processo de dominância pelo qual um grupo ou classe ganha um lugar de imposição sobre outra, gerando assim uma relação de subordinação. Para Hall (1999), o que caracteriza a hegemonia de algo é a sua qualidade espontânea, a opacidade de suas premissas e engrenagens, e sua inserção nas lógicas do senso comum e esquemas centralizadores de produção de sentido.

Diferente de Derrida, então, Hall (2006) vai propor que a hegemonia de uma cultura (*ergo* de uma determinada tradição discursiva) não se dá por uma coerção ou imposição dogmática, mas por duas vias *falsamente* inclusivas de outras perspectivas:

9 Ainda sem tradução para o português, mas em tradução livre: Direito às humanidades: da fé e as novas humanidades.



a) pela limitação de opções sugeridas pela ideologia vigente, isto é, embora se reconheça a existência de outras visões e culturas seu acesso se restringe ao que é mediado por uma cultura dominante;

b) por um processo de negociação em que aquilo que é entendido como “hegemônico” coopta elementos identitários de outras culturas para facilitar a assimilação de uma proposta maior, mas não inclusiva.

Estas duas vias, trazidas aqui através de entendimentos dos textos de Hall: *Annotations: modernity and difference n° 6* (1999) e *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), ajudam a explorar a ideia de uma cultura como distante de uma estrutura homogênea, mas que direciona a leitura dos possíveis sentidos de seus produtos e processos em uma direção que vai ao encontro da manutenção da cultura vigente, muito embora, de maneira marginal, ainda não domesticada pela tradição ou hegemonia, existam questões contra-culturais coabitando com a hegemonia.

Mesmo dentro de uma ausência de um sentido logocêntrico, pode-se perceber a possibilidade de um discurso mais ocorrente e impositivo que outros. Há uma lógica por trás desta afirmação: só existe uma possibilidade de hegemonia se existe uma contraparte não hegemônica. Para que um discurso seja hegemônico é preciso que ele vença uma concorrência com outros discursos. Isto, para Hall, ocorre muito em função de uma imposição ideológica vertical, proposta partindo de uma estrutura de maior poder simbólico e político até sua outra ponta onde há pouca capacidade crítica da condição ideológica na recepção do discurso, ou pouca influência do discurso que se opõe ao que está na posição privilegiada. O Sentido que está na posição hegemônica goza de uma caracterização particular de valor de verdade, enquanto o que está na posição contra-hegemônica sustenta sua caracterização como verdade por uma minoria de usos (normalmente vinculada a um grupo social/político) e ocorrências em *locus* discursivos especiais em que não se concebe, total ou parcial, a legitimidade de um discurso normativo. Não perdendo estas questões do horizonte é preciso ressaltar que a proposta de Derrida não é a primeira ou a única que lida com rupturas, Platão, Kant, e principalmente Nietzsche e Heidegger também elaboraram propostas que de alguma maneira dialogavam com uma crítica e ruptura (total ou parcial) de questões hegemônicas de suas épocas (ZIMA, 2002).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E A DIREÇÃO DE UM MODELO DE ENSINO

Este estudo começou sua reflexão tendo como questionamento o impacto de conceitos como tradição e historiografia para um possível ensino do conceito de desconstrução. Primeiramente é preciso dizer que o impacto existe e é aferível tendo como prova a observação de conceitos que orbitam e emanam da noção geral de desconstrução. Por segundo cabe notar que a noção de tradição, trazida no entendimento de Foucault, ajuda a compor uma teia relacional de implicações e condições que, ao mesmo tempo, ilustram a relação de conceitos e sua sustentação lógica, e, de maneira bastante competente, ilustram a possibilidade de pensamento que vem sendo trabalhada e modificada há muitas

décadas. Sendo assim, um planejamento de ensino do conceito de desconstrução pode ser organizado da seguinte forma - tendo como base as categorias sugeridas pelos planos de ensino mais comuns encontrados em universidades:

a) Objetivo geral: promover a conscientização de uma rede de conceitos que alicerçam uma das possibilidades de recorte da desconstrução.

b) Objetivos específicos: realizar debates sobre diferentes exemplos de tradição na cultura; promover discussões sobre dinâmicas hegemônicas e contra-hegemônicas no dia-a-dia e em perspectivas históricas; evidenciar os diferentes devires da historiografia; debater as possibilidades totalizantes ao longo da história.

c) Conteúdos programáticos: genealogia do conceito de desconstrução à partir de Derrida, Heidegger e Paul de Man; conceito de tradição em Foucault; Conceito de identidade por Stuart Hall; Historiografia de Marc Ferro e O'Brien; modernidade no entendimento de Giddens; Hegemonia como discutida por Hall, Gramsci e Althusser.

d) Desenvolvimento metodológico: aulas expositivas, dialogadas; dinâmicas de debate em grupo em que cada grupo deve defender e arbitrar a sustentação dos conceitos trabalhados em aula; participação ativa;

e) Avaliação: desenvolvimento de um ensaio ou artigo refletindo sobre as propostas trabalhadas em aula visando expor a dinâmica entre tradição, hegemonia e desconstrução.

A desconstrução, em última instância, se propõe como um modo de encarar um texto, e se trata de um modo que procura evidenciar a instabilidade de um *logos transcendental* ou *um grande Significante*, ela se complexifica ao contabilizar na sua ação as noções de tradição e hegemonia como alvo de sua crítica e resultado de uma legitimação historiográfica (e não apenas ideológica). Esta proposta de modelo de ensino é apenas uma dentre as muitas possibilidades. Ela visou expor a condição historiográfica que evidencia hegemonias, que, por sua vez, são um dos personagens em maior diálogo com a desconstrução. Talvez seja ainda preciso trazer outros contextos como o *New Criticism* americano que derruba o autor como fonte privilegiada de entendimento sobre um texto e coloca o próprio texto numa situação livre, de jogo, possibilitando o surgimento dos múltiplos entendimentos possíveis. Ecoa-se aqui, também, a ideia de que os conceitos não falam apenas de si, mas da maneira como retratam também aquilo que nos é possível pensar. A evolução da historiografia, por este lado, se preocupa muito mais com as consequências e contextos do surgimento e uso de um conceito do que com sua cronicidade (FERRO, 1984). O uso teleológico da historiografia ajuda a produzir uma *impressão* de tradição de uma determinada instância ou objeto colocado em uma posição de privilégio.

Por fim, podemos pensar que o ensino da desconstrução relata muito sobre os avanços teóricos e sociais pelos quais o Brasil e a academia brasileira vem passando nos últimos anos. É possível perceber que conscientizar os alunos para os diferentes usos e redes de conexões epistemológicas propostas pela desconstrução faz parte do próprio mundo e modelo de pensamento que não apenas está em uma posição privilegiada, mas ajuda a construir contundentes críticas a estes privilégios.



REFERÊNCIAS

- BECKER, Kelly. On the perfectly general nature of instability in meaning holism. **The Journal of Philosophy**, v. 95, n. 12, 1998.
- CRITCHLEY, Simon. Deconstruction and Pragmatism: Is Derrida a Private Ironist or a Public Liberal? In: CRITCHLEY, Simon (Org.). **Deconstruction and Pragmatism**. Londres, RU: Routledge Publishing, 1996.
- DERRIDA, Jacques. Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: DERRIDA, JACQUES. **A escritura e a diferença**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1998.
- EGÉA-KEUHNE, Denise. Right to Humanities: Of faith and the new humanities. In: TRIFONAS, PETER; PETERS, MICHAEL (Org.). **Deconstructing Derrida**. 1. ed. New York, NY, EUA: Palgrave Macmillan, 2005. .
- FELLUGA, Dino. **Critical Theory: the key concepts**. New York, NY, EUA: Routledge, 2015.
- FERRO, Marc. **Use and Abuse of History or How the past is taught**. New York, NY, EUA: Rosemont Publishing.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 5a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense Universitária, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1990.
- GOFFMAN, Erwin. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Prision Notebooks**. New York, NY, EUA: Columbia University Press, 2007.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart; MAHARAJ, Sarat. **Annotations: modernity and difference n° 6**. Londres, RU: INIVA, 1999.
- JUCKER, Andreas; TAAVITSAINEN, Irma. **Diachronic corpus pragmatics: intersections and interactions**. In: TAAVITSAINEN, Irma; JUCKER, Andreas; TUOMINEM, Jukka (Orgs.). **Diachronic corpus pragmatics**. Amsterdam, PB: John Benjamins Publishing Company.
- KREPS, David. The complexity of Social Systems. In: KREPS, David (Org.). **Gramsci and Foucault**. Manchester, RU: Ashgate Publishing, 2015.
- KRESS, Gunther. Meaning and learning in a world of instability and multiplicity. **Studies in Philosophy and Education**, v. 27, n. 4, p. 253–266, 2008.
- LUDOVISI, Stefano (Org.). **Critical Theory and the Challenge of Praxis: beyond reification**. Burlington, VT, EUA: Asgate Publishing Company, 2015.



MARION, Jean-Luc. **God-Without Being: Hors-texte**. Chicago, IL, EUA: Chicago University Press, 1995.

MCQUILAN, Martin. **Deconstruction without Derrida**. New York, NY, EUA: Continuum Int. Publishing Group, 2012.

MOYAL-SHARROCK, Danièle. Wittgenstein Today. In: **Wittgenstein and Contemporary Philosophy: Conference Proceedings**. Beijing Normal University, 2013.

O'BRIEN, Patrick. Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history. **Journal of Global History**, v. 1, n. 1, 2006.

PATAUT, Fabrice. The anti-realism about the past. In: TUCKER, AVIEZER (Org.). **A companion to the Philosophy of History and Historiography**. Londres, RU: Blackwell Publishing, 2009.

PREUS, Anthony. **Historical dictionary of Ancient Greek Philosophy**. Lanham, MD, EUA: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

SULEIMAN, Susan (Org.). **The Reader in the Text: Essays on Audience and Interpretation**. Princeton, NJ, EUA: Princeton University Press, 1980.

ZIMA, Peter. **Deconstruction and critical theory**. Trad. Rainer Emig. Londres, RU: Continuum Int. Publishing Group, 2002.